



CÓD: OP-102AG-23
7908403540884

UBERABA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA – MINAS GERAIS

Professor De Educação Básica –
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

EDITAL Nº 01/2023

Português

1. Leitura e interpretação de textos de diferentes gêneros.....	7
2. Tipologias e gêneros de textos.....	7
3. Tipos de linguagem.....	8
4. Figuras de linguagem.....	10
5. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual.....	14
6. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras;.....	15
7. Formação de palavras.....	21
8. Concordância verbal e nominal.....	22
9. Regência verbal e nominal.....	24
10. Colocação pronominal.....	25
11. Estrutura da oração e do período: sintáticos e semânticos.....	26
12. Acentuação gráfica.....	29
13. Crase.....	30
14. Ortografia.....	30
15. Pontuação.....	31
16. Variação linguística.....	34

Raciocínio Lógico

1. Proposições. Valor-verdade. Negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas, equivalências lógicas. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados.....	49
2. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais.....	72
3. Diagramas lógicos.....	72
4. Tabelas e gráficos.....	72

Conhecimentos Pedagógicos

1. Planejamento Escolar: documentos curriculares da Rede Municipal de Ensino e o seu Quadro Organizador;.....	77
2. Plano Docente.....	77
3. Relação entre o planejamento da aula e o atendimento dos objetivos de aprendizagens;.....	78
4. relação entre o desenvolvimento das competências gerais e específicas e as estratégias/metodologias utilizadas pelo professor e a avaliação.....	78
5. Metodologia para viabilização da aprendizagem: as estratégias de ensino, sua correlação com os recursos didáticos; observação de sala de aula: estratégias de construção de parceria com o pedagogo; plataformas educacionais como meio para desenvolver habilidades.....	78
6. a importância das tecnologias aliadas à educação;.....	80
7. Gestão de Sala de Aula: a importância do Tripé (Organização da Coletividade, Cuidado com as Relações Interpessoais e Mediação do Conhecimento); estratégias de gestão do tempo e da aprendizagem; a importância do clima escolar para a construção do respeito e de um ambiente acolhedor para a formação do estudante.....	80
8. Avaliação e a recuperação da aprendizagem: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa; recuperação de estudos e reavaliação;.....	81
9. critérios, instrumentos e intencionalidade da avaliação escolar e das avaliações externas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.....	97
10. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas desse programa.....	98

Conhecimentos Pedagógicos - Referências

1. BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma abordagem teóricoprática. 2017.....	103
2. Editora Penso. LIBÂNEO, J. C. Didática. 2ª ed. Porto Alegre: Cortez. 2013.	103
3. SANT'ANA, I. M. Por que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e instrumentos. São Paulo: Cortez,2014. 17ª ed.....	103
4. VEIGA, I. P. Repensando a didática. São Paulo: Campinas, Papirus, 1993.....	104
5. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998	104

Noções de Informática

1. Organização de computadores: Sistema de computação. Principais componentes. Conversão de base. Aritmética computacional.	109
2. Memória principal. Memória cache. Processadores.....	109
3. Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows 10: Configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle);	110
4. Organização de pastas e arquivos; Operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear).....	112
5. Editor de texto Microsoft Word 2010: Criação, edição, formatação e impressão; Criação e manipulação de tabelas; Inserção e formatação de gráficos e figuras; Geração de mala direta.....	114
6. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2010: Criação, edição, formatação e impressão; Utilização de fórmulas; Geração de gráficos; Classificação e organização de dados.	117
7. Conhecimentos de Internet: Noções básicas; Correio Eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens). Noções de rede de computadores: conceitos e serviços relacionados à Internet, tecnologias e protocolos da internet, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet.	124
8. Conceitos de segurança da informação: Noções básicas. Riscos. Golpes. Ataques. Códigos maliciosos. Spam. Mecanismos de segurança. Contas e senhas.	131
9. Uso seguro da internet. Segurança em computadores, redes e dispositivos móveis, ambiente do Google.....	133

Legislação da Educação

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996).....	139
2. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	155
3. Plano Nacional de Educação.....	192
4. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.....	207
5. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.....	207
6. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.	225
7. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.....	228
8. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	230
9. Legislações Municipais: Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.....	230
10. Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba.	253
11. Plano Decenal Municipal de Educação de Uberaba - PDME para o decênio 2015-2024.....	262
12. Código de Ética Pública da Administração Direta e Indireta do Município de Uberaba.	262
13. O Ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino de Uberaba.	272
14. Regimento Comum das Unidades Escolares.	276

ÍNDICE

15. Currículo da Rede Municipal de Ensino de Uberaba da Educação Infantil e do Ensino Fundamental	277
16. Normas para a Organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Uberaba	277
17. Normas para a Avaliação da Aprendizagem dos Alunos das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Uberaba-MG	279

Conhecimentos Específicos

Professor De Educação Básica – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

1. Competências específicas para os anos iniciais do Ensino Fundamental previstas na BNCC e no Currículo da Rede Municipal de Ensino: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ensino Religioso, Arte e Ciências.....	285
2. Construção das diferentes linguagens pelas crianças: linguagem oral e escrita.....	296
3. linguagens artísticas (musical, cênica e visual)	307
4. movimento e expressão;	307
5. texto e gênero de texto;	312
6. pensamento e linguagem oral e escrita; prática de linguagem oral, leitura e produção de texto.....	313
7. alfabetização e letramento: diferenças conceituais.....	322
8. psicogênese da língua escrita	351
9. a mediação do professor no processo de construção da escrita, uso de diferentes portadores de texto.....	365
10. aplicação da matriz do Saeb de Língua Portuguesa e Matemática nas turmas do 5º ano.....	365
11. O ensino de história nos anos iniciais: concepção de tempo e de sujeito (aluno – família – escola – bairro – cidade – região – estado – país) e principais fatos históricos da História do Brasil, noção de tempos históricos.....	366
12. O ensino de geografia nos anos iniciais: conceitos estruturantes da geografia; alfabetização cartográfica, representações cartográficas, relevo, clima, vegetação e população da cidade e do Estado.....	369
13. Construção do raciocínio matemático; hipóteses de escrita numérica; ensino dos números; ensino do sistema de numeração decimal; cálculo mental; ensino das operações; resolução de problemas; geometria: tratamento da informação; grandezas e medidas;a Matemática no cotidiano e nas práticas escolares	376

PORTUGUÊS

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS.

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

TIPOLOGIAS E GÊNEROS DE TEXTOS.

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta

- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

TIPOS DE LINGUAGEM.

Existem muitas linguagens e cada uma delas é composta de diversos elementos. Alguns exemplos: letras e palavras são elementos da linguagem escrita; cores e formas são elementos da linguagem visual; timbre e ritmo são alguns dos elementos da linguagem sonora.

A linguagem expressa, cria, produz ou comunica algo. Há linguagens verbais e **não verbais**. Cada uma delas é composta por diversos elementos. Alguns exemplos: letras e palavras são elementos da linguagem verbal; cores e formas são elementos da linguagem visual; timbre e ritmo são alguns dos elementos da linguagem sonora.

Linguagem verbal

A linguagem verbal é caracterizada pela comunicação através do uso de palavras. Essas palavras podem ser faladas ou escritas. O conjunto das palavras utilizadas em uma língua é chamado de léxico.

Linguagem não verbal

A comunicação não verbal é compreendida como toda a comunicação realizada através de elementos não verbais. Ou seja, que não usem palavras.

	Linguagem verbal	Linguagem não verbal
Elementos presentes	<ul style="list-style-type: none"> • Palavras 	<ul style="list-style-type: none"> • Imagens • Gestos • Sons • Expressões corporais e faciais
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> • Conversas • Discursos • Textos • Rádio 	<ul style="list-style-type: none"> • Língua de sinais • Placas de aviso e de trânsito • Obras de arte • Dança

Interpretação de linguagem não verbal (tabelas, fotos, quadrinhos, etc.)

A simbologia é uma forma de comunicação não verbal que consegue, por meio de símbolos gráficos populares, transmitir mensagens e exprimir ideias e conceitos em uma linguagem figurativa ou abstrata. A capacidade de reconhecimento e interpretação das imagens/símbolos é determinada pelo conhecimento de cada pessoa.

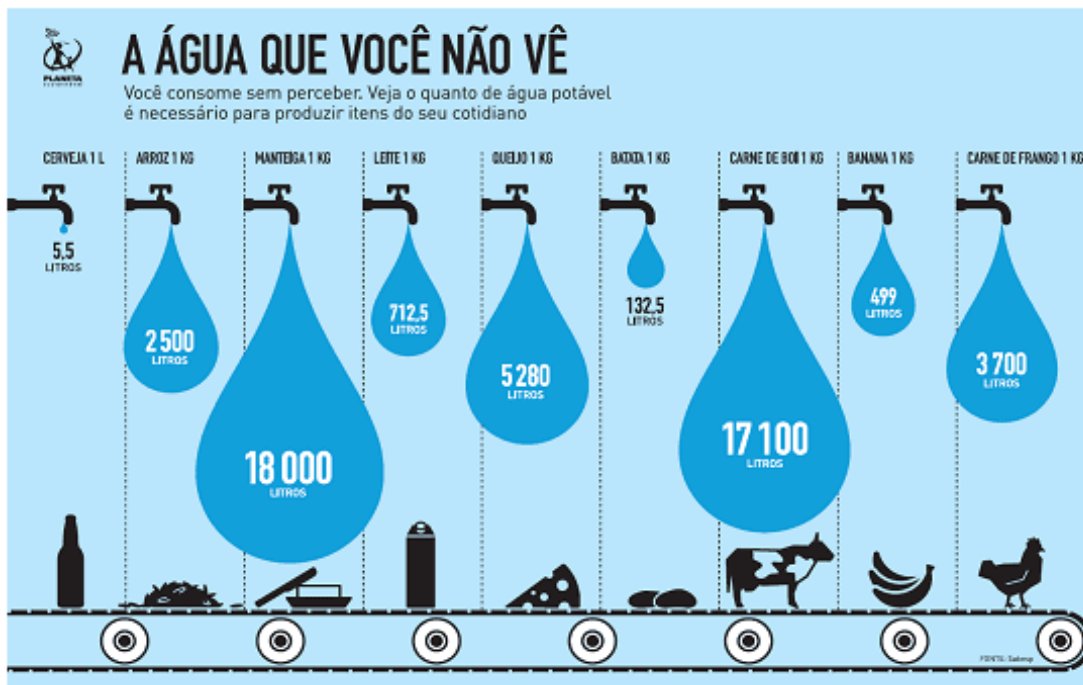
Exemplos:



Tirinhas



Gráficos



RACIOCÍNIO LÓGICO

PROPOSIÇÕES. VALOR-VERDADE. NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, IMPLICAÇÃO, EQUIVALÊNCIA, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS. PROBLEMAS DE RACIOCÍNIO: DEDUZIR INFORMAÇÕES DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE OBJETOS, LUGARES, PESSOAS E/OU EVENTOS FICTÍCIOS DADOS.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
 - Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
 - Geometria básica.
 - Álgebra básica e sistemas lineares.
 - Calendários.
 - Numeração.
 - Razões Especiais.
 - Análise Combinatória e Probabilidade.
 - Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)

B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)

C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
 - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s, \dots , chamadas letras proposicionais.

- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, R, \dots , também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	\sim	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>$\sim p$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	$\sim p$	V	F	F	V									
p	$\sim p$																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	\wedge	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \wedge q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \wedge q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	$p \wedge q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \vee q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \vee q$	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \vee q$																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \underline{\vee} q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \underline{\vee} q$	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \underline{\vee} q$																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	\rightarrow	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \rightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \rightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	$p \rightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \leftrightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \leftrightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	$p \leftrightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

p	q	Disjunção $p \vee q$	Conjunção $p \wedge q$	Condicional $p \rightarrow q$	Bicondicional $p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:

(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsequente.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem?
- Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s,..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.
s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

PLANEJAMENTO ESCOLAR: DOCUMENTOS CURRICULARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E O SEU QUADRO ORGANIZADOR;

Introdução

Os documentos curriculares constituem um referencial para a construção do currículo escolar que funciona como um guia orientador para o estabelecimento das práticas pedagógicas das instituições de ensino municipais, visando garantir uma aprendizagem de qualidade. Dentre esses documentos, destacam-se as Diretrizes Curriculares (DCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Municipal.

Diretrizes Curriculares

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a Educação Básica, determinadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O documento tem como objetivo orientar o planejamento curricular de redes e unidades de ensino, a fim de estabelecer uma direção para os currículos mínimos, considerando a autonomia pedagógica das escolas. Assim, cada instituição de ensino formula sua proposta curricular de modo que atenda a comunidade na qual está inserida, utilizando-se das competências fundamentais das diferentes áreas do conhecimento.

Para cada etapa da educação básica, existem diretrizes específicas, assim como para a formação de professores:

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores.

Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica, sendo divididas em base comum e parte diversificada que insere novos conteúdos aos currículos, obedecendo às competências estabelecidas e em conformidade com a realidade e as necessidades da comunidade local de cada escola.

Assim, os fundamentos pedagógicos da BNCC pressupõem o foco no desenvolvimento de competências e o compromisso com a educação integral, destacando o que os estudantes devem “saber” e o que devem “saber fazer”.

Nesse sentido, a BNCC estabelece 10 competências gerais que norteiam as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, sendo essenciais para assegurar os direitos de aprendizagem dos estudantes.

Currículo Municipal

O Currículo Municipal alinha as orientações curriculares do município com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecendo como eixos estruturantes, os objetos de conhecimento, os objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento de cada componente curricular, respeitando a realidade de cada município e, fornecendo a autonomia necessária para que cada escola melhor adequar suas práticas pedagógicas à comunidade que atende.

Organizador Curricular

O organizador curricular contempla as aprendizagens essenciais do currículo, organizadas de maneira progressiva, considerando os direitos e objetivos de aprendizagem, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas.

Conclusão

As diretrizes curriculares têm caráter generalista e buscam estabelecer procedimentos comuns à educação realizada em todo o território nacional, servindo como norteadoras das políticas educacionais desenvolvidas nos estados e municípios, nos diversos sistemas de ensino e na formação dos professores. Aliadas a BNCC, fornecem elementos para que os estados e municípios tenham autonomia para estabelecer suas práticas pedagógicas, respeitando suas realidades e contextos.

PLANO DOCENTE

O Plano Docente ou Plano de Trabalho Docente consiste num documento elaborado pelo próprio professor, que registra o que se pretende trabalhar na prática, dentro da sala de aula, de forma a organizar o ensino e a aprendizagem dos alunos.

Ao planejar, o docente prevê acontecimentos que podem ocorrer ao longo do trabalho, preparando-se para ele, amenizando imprevistos e tornando suas ações mais seguras e eficazes.

Assim, o plano de trabalho docente deve ser pensado como um instrumento que contribua para melhorar o processo de ensino aprendizagem na escola.

Importante também, diferenciarmos o plano docente do plano de aula. Enquanto o plano docente planeja um longo período, considerando a visão geral do conteúdo, o plano de aula é o roteiro de cada aula, quando o professor estabelece os objetivos e a metodologia a ser utilizada naquele momento específico.

Já o plano de trabalho docente deve contemplar os objetivos de curto, médio e longo prazo, a descrição das metas pretendidas e a definição das etapas de execução, a cada bimestre ou semestre, por exemplo, bem como os cronogramas de execução e de utilização de recursos materiais necessários, como programas de computador, materiais para aulas práticas, recursos para a realização de estudos do meio entre outros.

Com isso, se consideramos o período do letivo, o plano docente deve complementar o planejamento anual, agregando informações de forma a complementá-lo, prevendo acontecimentos e necessidades para cada momento do conteúdo que será trabalhado ao longo do ano, melhorando o processo ensino aprendizagem, tornando-o mais organizado e efetivo.

, RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO DA AULA E O ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS DE APRENDIZAGENS,

O ato de planejar, mais do que organizar o processo ensino aprendizagem e a prática docente, ao definir conteúdos, objetivos e metodologias mais adequadas para um conteúdo específico ou para o conjunto de conteúdos dentro de um componente curricular, é um momento que permite ao professor refletir sobre os objetivos de aprendizagens, sobre a realidade social de seu aluno e a forma como ele utilizará aquele conhecimento ao longo da vida, atribuindo significância à aprendizagem.

Nesse sentido, entende-se o planejamento de aula como fundamental para o êxito do ensino aprendizagem, pois sua ausência pode resultar em aulas monótonas e desorganizadas que reduzam o interesse e prejudiquem a qualidade do resultado final.

Assim, o planejamento é uma atribuição do docente que contempla a organização e a coordenação das atividades didáticas de acordo com os objetivos de aprendizagem propostos, e também, o replanejamento, que vise a revisão e adequação dessas práticas no decorrer do processo, uma vez que esse é dinâmico, pois transforma-se, à medida que o conhecimento do professor sobre a realidade de seu aluno se amplia.

Com isso, pode-se considerar o planejamento de aula um instrumento essencial para a elaboração da metodologia conforme os objetivos pretendidos, sendo adequado a cada turma e flexível ante a necessidade de alteração em prol desses objetivos, bem como ao atendimento das especificidades e diferenças percebidas entre as turmas.

RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS GERAIS E ESPECÍFICAS E AS ESTRATÉGIAS/METODOLOGIAS UTILIZADAS PELO PROFESSOR E A AVALIAÇÃO.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece o desenvolvimento de **competências gerais e específicas** a serem desenvolvidas pelos alunos, ao longo do percurso deles através dos sistemas de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

Entende-se por **competência, o desenvolvimento de capacidades, habilidades e conhecimentos que preparem o estudante para uma vida adulta participativa, crítica, autônoma, apta a lidar com desafios e para o mercado de trabalho.**

As **competências gerais** versam sobre o desenvolvimento de certos aspectos essenciais para os estudantes a fim de que se atinjam os objetivos propostos como valorizar e se utilizar do conhecimento; o pensamento científico, crítico e criativo; a ampliação do repertório cultural e promoção da diversidade e da pluralidade; a capacidade de comunicação através da utilização de diversas linguagens; a cultura digital; o estabelecimento de metas visando o mercado de trabalho e o projeto de vida; a capacidade de argumentar; a cooperação, a proatividade e o empreendedorismo; a autonomia e o auto cuidado e por fim, a responsabilidade e a cidadania.

No que se refere às **competências específicas**, elas tratam dos conjuntos de conhecimentos e aprendizagens que devem ser adquiridos pelo estudante, em cada componente curricular, ao longo dos três sistemas de ensino.

O trabalho com as competências exige **mudanças metodológicas no trabalho em sala de aula e na avaliação**, uma vez que não só o acúmulo de informação é considerado, mas o **desenvolvimento integral do aluno**, preparando-o para uma vida adulta autônoma, em sociedade e para o mercado de trabalho.

Dessa forma, a adoção de **metodologias ativas colaborativas** substituem as tradicionais aulas expositivas, uma vez que tiram o aluno da passividade e transferem a ele o protagonismo do processo, fazendo com que o professor passe a ser um orientador que conduz o estudante na aprendizagem. Dentre as metodologias ativas colaborativas podemos citar o trabalho com projetos, a metodologia investigativa e a resolução de problemas.

A partir da adoção dessas novas estratégias, **outros aspectos precisam ser avaliados** como a participação, a iniciativa, o convívio com a diversidade de opiniões, a liderança, a capacidade de resolver conflitos, a cooperação, a argumentação dentre muitas outras, levando à diversificação do processo de **avaliação** que assume **caráter formativo e contínuo**, por meio das atividades realizadas, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento das competências, identificando dificuldades e planejando práticas específicas.

METODOLOGIA PARA VIABILIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM: AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO, SUA CORRELAÇÃO COM OS RECURSOS DIDÁTICOS; OBSERVAÇÃO DE SALA DE AULA: ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE PARCERIA COM O PEDAGOGO; PLATAFORMAS EDUCACIONAIS COMO MEIO PARA DESENVOLVER HABILIDADES.

— As estratégias de ensino e sua correlação com os recursos didáticos

Definições

De modo geral, as estratégias de ensino constituem métodos empregados pelos professores para auxiliar os alunos na construção do saber. Tais métodos são elementares para que se possa extrair o melhor rendimento do aluno, auxiliando-o na aquisição e fixação o conteúdo que foi lecionado.

Quanto ao recurso didático, é um material, um instrumento que pode ser utilizado de maneiras diversas. Por isso, o recurso não apresenta orientações de uso (como um manual de instrução) com uma propriedade ou funcionalidade pedagógica definida. As possibilidades de utilização do recurso didático são estipuladas por uma estratégia (que pode ser desenvolvida conforme com os atributos do recurso, da disciplina, do objetivo de aprendizagem e da criatividade).

A estratégia geral é experimentar usar o mesmo recurso a partir de estratégias diferentes e veja a diferença nos *feedbacks* de seus alunos. Essa estratégia é uma oportunidade perfeita para ser inovador, compartilhar ideias, experiências e continuar proporcionando momentos de motivação e aprendizado.

A combinação dos conceitos

Assim sendo estratégia é uma das formas de se fazer uso de um recurso para coordenar a ocasião de aprendizagem planejada (por exemplo, um curso, uma aula ou um treinamento). Dessa forma,

um único recurso pode ser utilizado de inúmeras maneiras com base da estratégia desenvolvida. Para esse intuito, cabe ao docente refletir sobre a forma como ele pode fazer uso de um dado recurso para facilitar a aprendizagem. É muito provável que cada professor utilize o mesmo recurso de formas diferentes – daí a importância de trocar experiências com os pares, de conhecer o seu público alvo e o conteúdo envolvido na situação de aprendizagem. Listamos a seguir alguns exemplos dos recursos didáticos e as estratégias de ensino mais comumente adequadas:

– **Livro (didático ou não) e texto:** esses recursos podem ser trabalhados por meio da (seja ele didático ou não) e um texto são recursos de estratégias de leitura compartilhada, dividindo os capítulos entre os alunos; leitura individual ou em grupo e apresentação de tópicos para debate; leitura do texto e gravação de um vídeo com a explicação, gravação de um *podcast* lendo um texto.

– **Vídeo:** esse recurso pode ser trabalhado como atividade prévia, dentro da proposta de sala de aula invertida — é uma estratégia.

– **Plataforma ou ambiente virtual de aprendizagem:** em posse desses recursos, que apresentam características peculiares, o professor pode atuar como um produtor ou curador de conteúdo ou um *designer* instrucional para direcionar o percurso de aprendizagem do seu aluno dentro da plataforma, que pode ser adaptativa ou *gamificada*. Ao professor, caberá ainda conhecer a estrutura e os potenciais dessa plataforma para então, pensar nas estratégias que irá propor; pensar sobre quais estilos de aprendizagem devem ser levados em consideração e, se possível, utilizar áudios, vídeos, textos diversos, infográficos, elaborar questionário rápido (quiz) com vários tipos de perguntas; oferecer diferentes formas do seu aluno interagir com o conteúdo e com a plataforma.

– **Observação de sala de aula: estratégias de construção de parceria com o pedagogo**

A importância da observação

A observação de sala de aula tem o objetivo analisar as interações que são construídas entre o docente, os estudantes e os conteúdos trabalhados e sua importância se dá pelo fato de que essa estratégia auxilia com uma reflexão sobre a prática e propicia a busca por novas intervenções para o aprimoramento dos processos de ensino.

A observação, em suma, constitui uma ferramenta que permite um conhecimento mais estreito dos problemas didáticos.

Problemática

No exercício dessa tarefa, função do coordenador pedagógico é aperfeiçoar a atuação docente a partir das necessidades da equipe. Necessidades tais que podem ser identificadas pelo coordenador a partir a utilização de diversos expedientes, como o planejamento dos professores, os trabalhos produzidos pelos alunos e o resultado das avaliações. É aí que se justifica a observação. Esse recurso, entretanto, muitas vezes, é entendido como uma avaliação, e alguns docentes acreditam que a observação é feita para supervisionar seu trabalho e expor o que está errado na sua prática. Essa compreensão equivocada ganhou reforço diante da iniciativa de algumas escolas que passaram a filmar as aulas. Assim, mesmo que seu propósito seja melhorar o ensino, a observação em sala de aula pode originar a sensação de pressão e um clima de vigilância.

Como construir a parceria entre pedagogo (observador) e professor

O uso adequado depende da forma como a atividade é proposta e da relação que o coordenador tem com a equipe. Quando ele cria uma relação de parceria, o educador sente que essa ajuda é necessária e abre o espaço da sua sala. Portanto, em vez de fiscalizar, a observação precisa ter como metas:

– Acompanhar e auxiliar o educador na construção de conhecimentos didáticos, sugerindo encaminhamentos para resolver problemas;

– Favorecer a construção do conhecimento pelos alunos e professores;

– Tornar visíveis alguns conteúdos e atuações que ainda não são observados pelo docente.

Plataformas educacionais como meio para desenvolver habilidades

O isolamento obrigatório imposto pela crise sanitária levou a uma alteração definitiva no cenário educacional: se, antes as a maioria das escolas não contava com esses equipamentos para que seus alunos pudessem acompanhar as aulas pela internet (pesquisa TIC 2019), hoje as plataformas tecnológicas via internet já integram todo o contexto educacional, ainda que as atividades didáticas na forma presencial tenham sido retomadas. Isso em razão de que tais ferramentas proporcionam possibilidades e oferecem recursos que transpassam o ambiente virtual de sala de aula: eles facilitam aprendizado e a interação entre os alunos.

Plataformas de ensino

São softwares que proporcionam acesso a um ambiente digital com aspectos idênticos aos de uma sala de aula presencial, com mecanismos interativos capazes de fazer de converter uma conferência de vídeo em uma classe virtual. Com a plataforma, professores e alunos podem interagir e trocar informações, imagens e documentos. Para a equipe pedagógica, essa ferramenta torna possível uma melhor gestão de aprendizado, supervisão de avaliações e de atividades ao vivo.

Esses recursos são denominados também de plataformas digitais colaborativas fazem parte do presente, bem como do futuro da educação. Ferramentas de videoconferência, que permitem colaboração em tempo real e, ao mesmo tempo, garantem a segurança das informações trocadas, têm papel central mesmo com o retorno do ensino presencial

Uma plataforma educacional engloba vários aspectos por meio dos seus recursos, integrados em um único sistema voltado para o gerenciamento do ensino digital.

As TIC's

TICs é a sigla para Tecnologias da Informação e da Comunicação e refere-se aos dispositivos e programas geradores do acesso ao conhecimento. Elas consistem no tratamento da informação, articulado com os processos de transmissão e de comunicação. As TICs multiplicaram as possibilidades de pesquisa e informação para os alunos, que munidos dessas novas ferramentas tornam a **aprendizagem ativa** e passam a protagonizar o processo de educação.

O papel do professor

O pleno avanço das novas tecnologias não minimiza a atuação dos docentes, que passam ensinar os alunos a avaliarem e gerirem a informação. Nessa nova conjuntura, os professores passam a ser

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS - REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. METODOLOGIAS ATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INOVADORA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-PRÁTICA. 2017.

“Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática” de Lilian Bacich e José Moran apresenta uma reflexão sobre a necessidade de inovação na educação, buscando explorar as possibilidades das metodologias ativas como estratégia para transformar a prática pedagógica.

A obra parte do pressuposto de que a educação deve ser entendida como um processo dinâmico e interativo, capaz de estimular a construção de conhecimentos a partir da experiência e da reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Nesse sentido, os autores defendem a ideia de que as metodologias ativas podem ser uma estratégia eficaz para estimular a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, incentivando a construção de conhecimentos de forma colaborativa e crítica.

Ao longo da obra, os autores apresentam diversas metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida, a gamificação e o ensino híbrido. A partir dessas metodologias, os autores buscam estimular a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e apresentam exemplos práticos de como essas metodologias podem ser implementadas na sala de aula.

Além disso, o livro discute a importância da formação contínua dos professores e da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração e na inovação. Os autores defendem a ideia de que a inovação na educação depende da construção de uma cultura de mudança e da capacidade de os professores experimentarem novas metodologias e práticas pedagógicas.

Esse livro é de suma importância para todos os profissionais da educação que buscam inovar na prática pedagógica, pois os autores apresentam diversas metodologias ativas e buscam estimular a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, além de discutir a importância da formação contínua dos professores e da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração e na inovação.

EDITORA PENSO. LIBÂNEO, J. C. DIDÁTICA. 2ª ED. PORTO ALEGRE: CORTEZ. 2013.

O livro “Didática”, de José Carlos Libâneo, é uma obra que discute os fundamentos, princípios e metodologias da prática pedagógica. Publicado pela Editora Pensó e já em sua segunda edição, este trabalho é um marco no estudo da didática no Brasil, sendo de leitura essencial para todos aqueles que buscam compreender a dinâmica da sala de aula e o papel do professor neste contexto.

Temas Principais:

– **Conceito e Importância da Didática:** Libâneo examina a didática enquanto ciência da educação responsável pelo estudo das técnicas e métodos de ensino. Ele destaca sua relevância na formação do professor e na garantia de um ensino de qualidade.

– **Relação entre Teoria e Prática:** O autor aborda a necessidade de se equilibrar os saberes teóricos com as exigências práticas do ensino. A didática é vista como uma ponte entre o que se sabe e como se ensina.

– **Planejamento Escolar:** Um dos pontos centrais da didática é o planejamento das atividades de ensino. Libâneo discute a importância do planejamento didático, considerando objetivos, conteúdos, métodos e avaliação.

– **Metodologias Ativas de Ensino:** Com a evolução da pedagogia, novas metodologias têm emergido, focadas na participação ativa do aluno no processo de aprendizado. Libâneo explora essas novas abordagens e sua influência na didática contemporânea.

– **Formação de Professores:** Por fim, o autor reflete sobre a formação de docentes, ressaltando a necessidade de uma formação continuada que englobe tanto os aspectos teóricos quanto os práticos da profissão.

Este livro é uma ferramenta valiosa para quem deseja compreender os meandros da didática e sua aplicação no ambiente escolar. Por meio de uma linguagem clara e com exemplos práticos, Libâneo guia o leitor por uma jornada que desvende os desafios e potencialidades da prática pedagógica. Seja você um estudante de pedagogia, um professor em formação ou já atuante, esta obra lhe oferecerá insights e reflexões profundas sobre o ato de ensinar.

SANT’ANA, I. M. POR QUE AVALIAR? COMO AVALIAR? CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2014. 17ª ED.

“Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos”, de Ilza Martins Sant’Ana, é uma obra que se propõe a explorar as diversas facetas da avaliação no contexto educacional. Publicado pela renomada Editora Cortez, este livro traz reflexões sobre a essência e os propósitos da avaliação, abordando tanto a teoria quanto a prática nesse campo fundamental da educação.

Temas Principais:

– **A Natureza da Avaliação:** Sant’Ana começa por discutir o conceito de avaliação, diferenciando-a de simples mensuração e exame. Ela explora a avaliação como uma ferramenta de reflexão sobre o processo educativo.

– **Motivos para Avaliar:** Ao questionar “Por que avaliar?”, a autora pode estar tratando das justificativas pedagógicas, sociais e administrativas para a avaliação. Em um sistema educacional orientado por resultados, entender o propósito da avaliação é fundamental.

– **Metodologias de Avaliação:** “Como avaliar?” provavelmente conduz o leitor a uma exploração das diferentes técnicas e abordagens de avaliação, desde testes escritos até avaliações formativas, portfólios e observações diretas.

– **Critérios de Avaliação:** Definir critérios claros é essencial para garantir que a avaliação seja justa e relevante. Sant’Ana possivelmente discute a importância de alinhar os critérios de avaliação aos objetivos de aprendizagem.

– **Instrumentos de Avaliação:** Aqui, a obra pode abordar os diferentes meios pelos quais a avaliação pode ser realizada, como provas, questionários, trabalhos, apresentações, entre outros, e como escolher o mais adequado para cada situação.

Para educadores, estudantes de pedagogia e demais interessados na área educacional, esta obra de Ilza Martins Sant’Ana é uma leitura essencial. Ela não apenas oferece uma base teórica sólida sobre avaliação, mas também fornece diretrizes práticas para implementar avaliações eficazes e significativas. Ao compreender os porquês e como da avaliação, os educadores podem criar ambientes de aprendizado mais responsivos e centrados no aluno.

VEIGA, I. P. REPENSANDO A DIDÁTICA. SÃO PAULO: CAMPINAS, PAPIRUS, 1993.

“Repensando a Didática”, de Ilma Passos Alencastro Veiga, é uma obra que busca revisitar e refletir sobre os fundamentos e práticas da didática no contexto educacional brasileiro. Publicado pela Editora Papyrus em 1993, o livro traz à tona discussões importantes acerca das concepções, objetivos e métodos didáticos, considerando as transformações sociais, culturais e pedagógicas que influenciam a educação.

Temas Principais:

– **Conceito e Evolução da Didática:** Veiga provavelmente começa pela definição de didática, sua importância e como esse campo do conhecimento evoluiu ao longo dos anos, especialmente no Brasil.

– **Desafios Contemporâneos da Didática:** A autora pode discutir os desafios que os professores enfrentam na contemporaneidade e como a didática pode ser revista e adaptada para atender a esses desafios.

– **Relação entre Teoria e Prática:** Ilma Veiga sempre foi uma defensora de que a teoria e a prática na educação não são dicotômicas, mas sim complementares. É possível que ela explore essa relação no contexto da didática.

– **Inovações Metodológicas:** Tendo em vista o título “Repensando a Didática”, a obra pode se aprofundar em novas abordagens e métodos didáticos que vão além dos modelos tradicionais, buscando maior engajamento e aprendizado significativo por parte dos alunos.

– **Formação de Professores:** A formação docente é uma área de interesse de Veiga. Nesse livro, ela pode abordar a necessidade de uma formação que prepare os educadores para lidar com as complexidades da sala de aula, dando-lhes ferramentas didáticas eficazes.

“Repensando a Didática” é uma leitura essencial para todos os que estão inseridos no campo educacional, seja como estudantes de pedagogia, educadores em formação ou profissionais atuantes. A obra de Ilma Passos Alencastro Veiga propõe reflexões profundas sobre o ato de ensinar e convida os leitores a se engajarem em uma

revisão crítica e construtiva da didática. É uma oportunidade de se atualizar e reavaliar as práticas pedagógicas à luz das demandas e transformações da educação contemporânea.

ZABALA, A. A PRÁTICA EDUCATIVA: COMO ENSINAR. PORTO ALEGRE: ARTMED, 1998

O livro “A Prática Educativa - Como Ensinar”, de Antoni Zabala, publicado pela editora Artmed em 1998, é uma obra fundamental para a compreensão da prática educativa como um processo reflexivo e crítico, voltado para a formação de cidadãos ativos e conscientes.

Zabala propõe uma abordagem da prática educativa que considere a complexidade e a diversidade dos contextos em que ela ocorre, bem como as diferentes dimensões envolvidas no processo educativo, como os objetivos, os conteúdos, as metodologias e a avaliação.

O autor enfatiza a importância da reflexão crítica sobre a prática educativa, que envolve o questionamento das práticas estabelecidas e a busca por soluções criativas e inovadoras. Ele propõe uma abordagem baseada na problematização, que parte das experiências e vivências dos alunos e busca construir novos conhecimentos a partir delas.

Zabala também destaca a importância da diversidade cultural e da valorização das diferenças na prática educativa, bem como a necessidade de se promover uma educação que vá além do ensino de conteúdos específicos, buscando formar cidadãos críticos e ativos.

Em resumo, o livro de Zabala apresenta uma proposta de prática educativa reflexiva e crítica, que valoriza a diversidade cultural e promove a formação de cidadãos conscientes e ativos. Ele destaca a importância da reflexão sobre a prática educativa e da busca por soluções criativas e inovadoras, além de enfatizar a necessidade de se promover uma educação que vá além do ensino de conteúdos específicos.

GABARITO

1. Instituto Consulplan - 2019 - Prefeitura de Pitangueiras - SP - Professor Educação Básica II -Conforme José Armando Valente (2017), um dos autores de “Metodologias ativas para uma educação inovadora”, as metodologias ativas são entendidas como práticas pedagógicas alternativas ao ensino tradicional. Elas colocam o foco do processo de ensino e de aprendizagem no aprendiz, envolvendo-o na aprendizagem por meio da:

- (A) Resolução de problemas.
- (B) Educação por Paulo Freire denominada “bancária”.
- (C) Transmissão de informações centrada no professor.
- (D) Observância a instruções lidas em manuais técnicos.

2. UniRV - GO - 2023 - Prefeitura de Rio Verde - GO - Professor de Educação Básica II (PEB II) – Ensino Fundamental e Educação Infantil- Metodologias ativas são estratégias didáticas de ensino-aprendizagem cujo foco é a participação dos estudantes no processo de construção de sua aprendizagem. Em pleno mundo conectado e digital, as ferramentas digitais podem potencializar o uso das metodologias ativas em sala de aula.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: Bacich, José Moran (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

A partir do exposto e dos estudos sobre metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A aprendizagem pode tornar-se ativa quando se utilizam no ensino processos de pesquisa, de questionamento, de problematização de aspectos diários da vida dos estudantes.
- (B) Os processos de aprendizagens são amplos, contínuos, híbridos, múltiplos.
- (C) O processo de ensino na perspectiva das metodologias ativas utiliza-se apenas das ferramentas digitais.
- (D) O processo de ensino-aprendizagem com as metodologias ativas transforma a sala de aula em espaço de problematização, trabalho com projetos, trabalho com jogos, trabalho com pesquisa, sala de aula invertida, dentre outras estratégias didático-pedagógicas.

3. Instituto Consulplan - 2021 - Prefeitura de Colômbia - SP - Técnico em Assuntos Educacionais- Aprendizagem baseada em projetos é uma metodologia de aprendizagem em que os alunos se envolvem com tarefas e desafios para resolver um problema ou desenvolver um projeto que tenha ligação com a sua vida fora da sala de aula.

(BACICH & MORAN. Metodologias ativas para uma educação inovadora.)

Considerando a aprendizagem baseada em projetos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Adota o princípio da aprendizagem colaborativa, baseada no trabalho coletivo.
- (B) Neste projeto há preocupação em gerar um produto, que seja um objeto concreto ao final do trabalho.
- (C) Os alunos são avaliados de acordo com o desempenho durante as atividades e na entrega dos projetos.
- (D) Os projetos preveem paradas para reflexão, feedback, auto-avaliação e avaliação de pares, discussão com outros grupos e atividades para “melhoria de ideias”.

4. UFMT - 2022 - Prefeitura de Campo Novo do Parecis - MT - Professor- De acordo com Libâneo:

“O processo de ensino opera a mediação escolar de objetivos, conteúdos e métodos; sintetiza na aula a ação didática em sua globalidade, uma vez que operacionaliza objetivos gerais sobre o fundo objetivo das condições concretas de cada situação didática.”

(LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.)

Sobre a estrutura, os componentes e a dinâmica do processo de ensino, assinale a assertiva correta.

- (A) Objetivos, conteúdos e métodos são elementos independentes e desarticulados no processo de ensino.
- (B) A professora, ao organizar as atividades a serem realizadas pelos estudantes, deve desconsiderar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que eles possuem.
- (C) O nível de desafio proposto pelas tarefas pode influenciar o envolvimento do aluno no estudo ativo dos conteúdos.
- (D) O professor deve passar conteúdos e problemas que excedam a capacidade de compreensão dos alunos para diagnosticar os melhores da turma.

5. UFMT - 2022 - Prefeitura de Campo Novo do Parecis - MT - Professor- Leia o texto: ,

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Por meio dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório etc.) acerca do aproveitamento escolar.

(LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.)

A partir do fragmento, pode-se identificar a avaliação da aprendizagem como

- (A) ação de recompensar os bons alunos e punir os maus.
- (B) ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os estudantes.
- (C) apreciação qualitativa do aproveitamento dos alunos.
- (D) instrumento de controle e disciplinamento do comportamento dos alunos.

6. FCM - 2022 - Prefeitura de Timóteo - MG - Pedagogo-

Estudos realizados por especialistas têm comprovado que a correção de um mesmo trabalho, por diferentes professores, recebe diferentes valores; o mesmo acontecendo se a correção for em dias diversos, embora feita pela mesma pessoa. (SANT’ANNA, 2014, p.10).

Com base nos resultados desses estudos, qual o critério correto para corrigir provas dissertativas, de um mesmo tema, tendo em vista avaliar os alunos de uma turma de ensino médio, quanto a níveis de pensamento que envolvam processos mentais?

- (A) O tema proposto será corrigido como um recurso para orientar o aluno a se tornar um aprendiz crítico.
- (B) A descrição aberta do tema proposto será valorizada, de modo livre, considerando-se como o aluno sintetizou com suas próprias palavras.
- (C) A prova dissertativa será corrigida de modo a avaliar a aprendizagem que explicita a aplicação e a generalização de conhecimentos.
- (D) O fato de o aluno expressar-se de modo livre impede a objetividade na descrição do tema; portanto, o critério de avaliação será conforme a evocação do aluno.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

ORGANIZAÇÃO DE COMPUTADORES: SISTEMA DE COMPUTAÇÃO. PRINCIPAIS COMPONENTES. CONVERSÃO DE BASE. ARITMÉTICA COMPUTACIONAL.

Hardware

Hardware refere-se a parte física do computador, isto é, são os dispositivos eletrônicos que necessitamos para usarmos o computador. Exemplos de hardware são: CPU, teclado, mouse, disco rígido, monitor, scanner, etc.

Software

Software, na verdade, são os programas usados para fazer tarefas e para fazer o hardware funcionar. As instruções de software são programadas em uma linguagem de computador, traduzidas em linguagem de máquina e executadas por computador.

O software pode ser categorizado em dois tipos:

- Software de sistema operacional
- Software de aplicativos em geral

• Software de sistema operacional

O software de sistema é o responsável pelo funcionamento do computador, é a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Software de aplicação

O software de aplicação é aquele utilizado pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos de software de aplicativos incluem Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, etc.

Para não esquecer:

HARDWARE	É a parte física do computador
SOFTWARE	São os programas no computador (de funcionamento e tarefas)

Periféricos

Periféricos são os dispositivos externos para serem utilizados no computador, ou mesmo para aprimora-lo nas suas funcionalidades. Os dispositivos podem ser essenciais, como o teclado, ou aqueles que podem melhorar a experiência do usuário e até mesmo melhorar o desempenho do computador, tais como design, qualidade de som, alto falantes, etc.

Tipos:

PERIFÉRICOS DE ENTRADA	Utilizados para a entrada de dados;
PERIFÉRICOS DE SAÍDA	Utilizados para saída/visualização de dados

• Periféricos de entrada mais comuns.

- O teclado é o dispositivo de entrada mais popular e é um item essencial. Hoje em dia temos vários tipos de teclados ergonômicos para ajudar na digitação e evitar problemas de saúde muscular;
- Na mesma categoria temos o scanner, que digitaliza dados para uso no computador;
- O mouse também é um dispositivo importante, pois com ele podemos apontar para um item desejado, facilitando o uso do computador.

• Periféricos de saída populares mais comuns

- Monitores, que mostra dados e informações ao usuário;
- Impressoras, que permite a impressão de dados para material físico;
- Alto-falantes, que permitem a saída de áudio do computador;
- Fones de ouvido.

Sistema Operacional

O software de sistema operacional é o responsável pelo funcionamento do computador. É a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Aplicativos e Ferramentas

São softwares utilizados pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos: Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, além de ferramentas construídas para fins específicos.

MEMÓRIA PRINCIPAL. MEMÓRIA CACHE. PROCESSADORES.

Informática é a ciência que estuda o processamento, o armazenamento e a transmissão de informações por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores, celulares e redes.

– Hardware: é a parte física do computador, ou seja, os componentes que podem ser tocados com as mãos, como o gabinete, o teclado, o mouse, a impressora, o disco rígido, a memória, entre outros.

– Memórias: são dispositivos que armazenam dados e instruções para serem usados pelo processador. Existem diferentes tipos de memórias, como:

– Memória RAM: (Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico): é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.

– Memória ROM: (Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura): é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

– Memória CACHE: é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

– Memórias EXTERNAS: são dispositivos removíveis que armazenam dados fora do computador, como pen drives, cartões de memória, CDs e DVDs.

– Processadores (CPU): são os chips responsáveis pelo controle e execução das operações do computador. Eles são compostos por duas unidades principais: a Unidade de Controle (UC), que busca e interpreta as instruções; e a Unidade Lógica e Aritmética (ULA), que realiza as operações matemáticas e lógicas. Os processadores podem ter mais de um núcleo (core), que permite realizar mais tarefas simultaneamente. Os principais fabricantes de processadores são Intel e AMD.

– Disco de armazenamento: é um dispositivo que armazena grandes quantidades de dados de forma permanente ou semipermanente. Existem diferentes tipos de discos de armazenamento, tais como os HDs, CDs e DVDs.

– HD: (Hard Disk ou Disco Rígido): é um disco magnético que fica dentro do gabinete do computador e armazena os programas, o sistema operacional e os arquivos do usuário.

– CD: (Compact Disc ou Disco Compacto): é um disco óptico que pode ser gravado uma vez (CD-R) ou várias vezes (CD-RW) e pode armazenar até 700 MB de dados.

– DVD: (Digital Versatile Disc ou Disco Digital Versátil): é um disco óptico que pode ser gravado uma vez (DVD-R) ou várias vezes (DVD-RW) e pode armazenar até 4,7 GB de dados em uma camada ou até 8,5 GB em duas camadas.

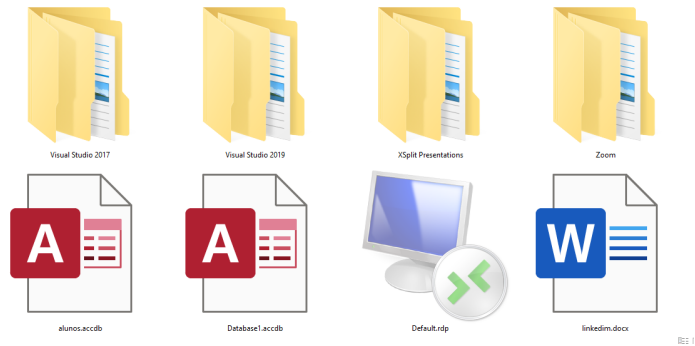
SISTEMAS OPERACIONAIS: CONHECIMENTOS DO AMBIENTE WINDOWS 10: CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA OPERACIONAL (PAINEL DE CONTROLE);

Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



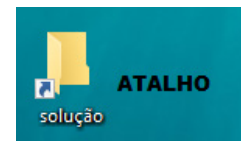
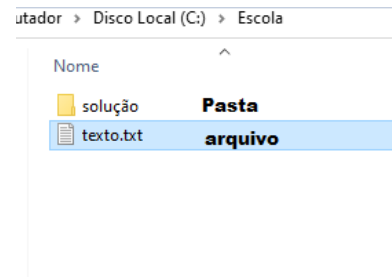
No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

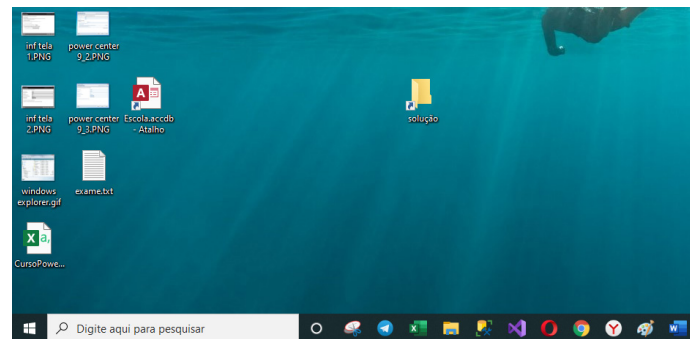
Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

• **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.

• **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho



Área de transferência

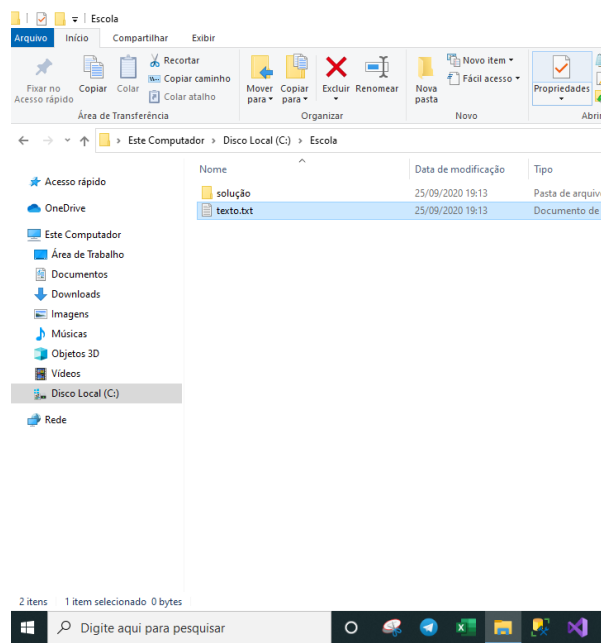
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

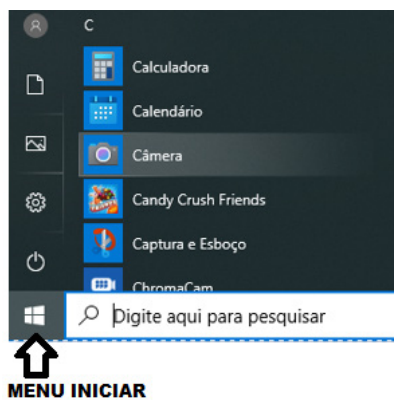
– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



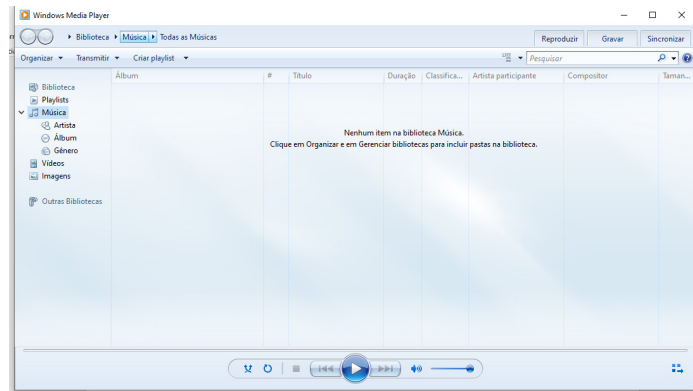
Uso dos menus



Programas e aplicativos e interação com o usuário

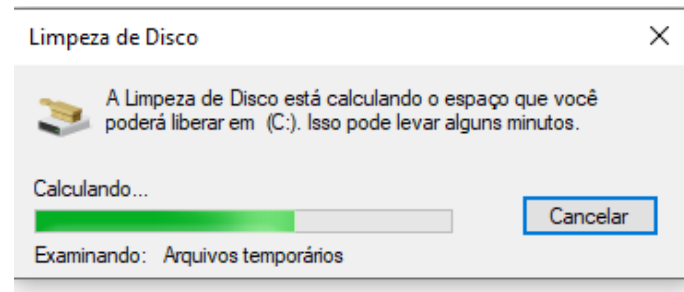
Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

– **Música e Vídeo:** Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

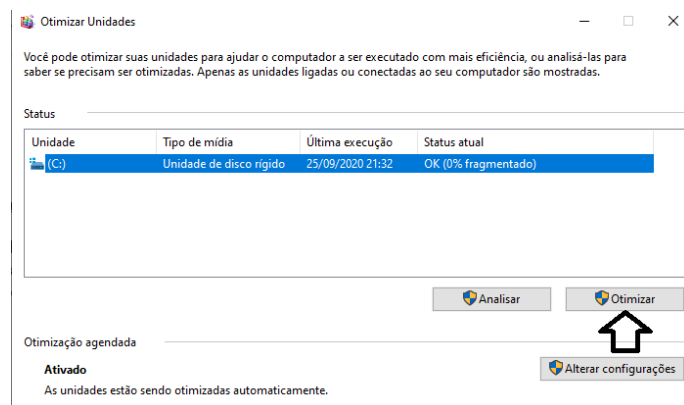


– Ferramentas do sistema

• **A limpeza de disco** é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• **O desfragmentador de disco** é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB Nº 9.394/1996)

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital

de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII docaputdeste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas ncaputdeste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião,

seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII docaputdo art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A- estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019)

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor De Educação Básica – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL PREVISTAS NA BNCC E NO CURRÍCULO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, ENSINO RELIGIOSO, ARTE E CIÊNCIAS

— A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho, quarta-feira, 20 de dezembro de 2017¹.

A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da

cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

— Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular

1 – Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2 – Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3 – Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4 – Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5 – Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6 – Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7 – Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

¹ Confira o documento na íntegra no link: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf.

8 – Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9 – Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10 – Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Os marcos legais que embasam a BNCC

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000. Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando

e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106. Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação: Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 20178; ênfases adicionadas). Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

Os fundamentos pedagógicos da BNCC

• Foco no desenvolvimento de competências

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35). Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

O compromisso com a educação integral A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.

Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

– O Pacto Interfederativo e a Implementação da Bncc

Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas.

Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Base Nacional Comum Curricular e currículos

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos.

Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações, a:

- Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;

- Decidir sobre as formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;

- Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;